



Um Passado Inconveniente: Análise das Estratégias Sociais Para Lidar Com o Passado Ameríndio Num Contexto de Fricção Interétnica

- Orestes Jayme Mega
- Cristiane dos Anjos Parisoto
- Maila Morais Mattos

RESUMO

Diferentes etnias estabelecem diferentes estratégias de como lidar com o passado de uma população que os antecedeu no território em que ocupam. Neste sentido, as diferentes etnias que compõem o povo brasileiro, principalmente as de origem europeia e aqui chegadas a partir das imigrações dos séculos XIX e XX, também elaboram suas estratégias de como lidar com o passado ameríndio. Neste artigo, apresentamos oito possíveis estratégias sociais de se lidar com o passado de uma população diferente. Também apresentamos um estudo de caso baseado nos métodos da etnografia arqueológica e da entrevista semiestruturada. O estudo foi realizado no município de Ipê/RS. Os resultados apontam para o uso de um misto entre as estratégias de obliteração e menosprezo do passado ameríndio.

Palavras-chave

Educação Patrimonial. Fricção Interétnica, Museu, Etnografia Arqueológica

AN INCONVENIENT PAST: ANALYSIS OF THE SOCIAL STRATEGIES OF DEALING WITH THE INDIGENOUS PAST IN A CONTEXT OF INTERETHNIC FRICTION

ABSTRACT

Different ethnicities establish different strategies of how to deal with the past of a population that lived in the same territory before them. In this sense, the different ethnicities that are part of the Brazilian people, mainly those from European origin that arrived in the 19th and 20th centuries also elaborate their strategies of how to deal with the indigenous past. In this article, we present eight possible social strategies of how to deal with the past of a different population. We also present a case study based on the archaeological ethnography method and the semi-structured interview. The study was conducted in the municipality of Ipê, state of Rio Grande do Sul, Brazil. The results point to the use of a mix between the strategies of obliteration and contempt of the indigenous past.

Keywords

Heritage Education, Interethnic Friction, Museum. Archeological Ethnography

Introdução

O Novo Mundo é caracterizado pela multissecular fricção interétnica estabelecida pelo violento processo de colonização de todos os países que o compõem. Conforme os territórios ameríndios eram conquistados pelas potências coloniais e as populações nativas eram substituídas ou submetidas por contingentes europeus ou mestiçados, surgiu entre os colonizadores a necessidade de elaborar estratégias para lidar com o passado indígena. Eventos históricos subsequentes, tais como as lutas pela independência e a chegada de imigrantes de origem europeia com o objetivo de povoar e “branquear” determinadas regiões das nações recém-independentes (DÁVILA, 2005), tiveram o efeito de gerar a necessidade de reelaborações destas estratégias. Partimos do princípio de que o passado ameríndio é um campo de negociação e confronto, onde visões opostas tentam conquistar espaço na produção historiográfica e na mentalidade popular. Este artigo tem por objetivo fazer uma análise destas estratégias no contexto brasileiro, mais especificamente o do estado do Rio Grande do Sul, onde diversas etnias se sucederam como preponderantes na paisagem através do tempo, formando um palimpsesto étnico onde diferentes perspectivas históricas, pautadas em relações assimétricas de domínio/subjugação, convivem de forma hierarquizada, pois existe a prevalência de uma “forma de contar a história” que, em vários casos, “eclipsa” as outras formas, as relegando a uma posição secundária.

O artigo foi organizado da seguinte forma: após a introdução, será apresentado o referencial teórico que embasa o argumento central que é o de que existem oito diferentes estratégias pelas quais uma etnia atualmente preponderante num determinado espaço geográfico lida com os vestígios arqueológicos de uma etnia anteriormente existente no mesmo espaço. Em seguida será apresentado o local onde a pesquisa foi realizada (o município de Ipê, no Rio Grande do Sul). Depois será apresentado o método utilizado na pesquisa (etnografia arqueológica e entrevista semiestruturada). Em seguida serão apresentados os resultados da pesquisa. Por fim, apresentaremos nossas considerações finais.

Referencial Teórico

É fundamental para a compreensão das ideias apresentadas neste artigo a definição do conceito de interação diacrônica, que definimos como o processo pelo qual uma sociedade contemporânea interage com as sociedades pretéritas que a precederam no mesmo espaço geográfico através de seus vestígios arqueológicos. Neste sentido, a sociedade contemporânea

nomeia, classifica, estuda e avalia as sociedades pretéritas conforme seus próprios juízos de valor e expressando seus conflitos ideológicos. De acordo com nossa análise, existem oito estratégias pelas quais uma sociedade atual interage com os vestígios de uma sociedade pretérita que a precedeu no espaço geográfico. Escolhemos o termo estratégia porque ele evidencia as relações conflituosas existentes entre diferentes instituições tais como escolas, museus, universidades, grupos de pressão etc., que disputam para ver quem será preponderante na formulação de uma “política” do passado de uma população diferente. A tabela abaixo visa apresentar um quadro esquemático de quais são estas oito possíveis estratégias. Ela foi desenvolvida por nós e constitui um esforço intelectual inicial pautado em reflexões que têm a história do continente americano como base, embora possa também ser usada em outros contextos.

Tabela 1: Estratégias de se lidar com o passado de uma população diferente

Estratégia	Características	Aplicação ao passado ameríndio
Obliteração	Se caracteriza pela destruição sistemática de lugares e objetos que possam evocar algum resquício de memória do passado que deve ser esquecido. Está intimamente relacionada com o processo de substituição étnica em um determinado território, assim como com o etnocídio e o genocídio.	Destruição dos sítios e demais vestígios arqueológicos relacionados às populações ameríndias. Destruição e/ou deturpação dos documentos históricos que indiquem a presença ameríndia num determinado território. Completa ausência de artefatos indígenas em exposições museológicas em museus históricos etc.
Menosprezo	Se caracteriza pelo desprezo em relação ao passado, fazendo com que o mesmo seja entendido como irrelevante para a compreensão do presente. Reconhece o caráter de palimpsesto de uma paisagem, mas estabelece uma rígida hierarquia na qual o passado menosprezado é considerado como desimportante ou desinteressante e, portanto, indigno de ser conhecido através da pesquisa.	Atitude condescendente com a destruição de sítios e demais vestígios arqueológicos relacionados às populações ameríndias. Desconsideração pela documentação histórica referente ao passado indígena. Indiferença pelos feitos dos povos originários, sempre sendo considerados como desimportantes. Ausência de suporte pedagógico referente aos povos originários para os professores de História
Superação	Se caracteriza por dar ao passado um caráter sombrio e maléfico. Não nega a importância do passado, podendo até mesmo inflar esta importância, mas sempre com um viés negativo.	Ênfase nos aspectos considerados mais “negativos” do passado de alguns povos ameríndios tais como o canibalismo, o infanticídio e o fato de andarem nus. Sentimento de superioridade e de “espírito de missão” de evangelizar e civilizar os povos indígenas.
Deturpação	Se caracteriza pelo esforço consciente em deturpar os conhecimentos sobre o passado de um determinado povo com objetivos escusos.	Criar e/ou dar publicidade à versões deturpadas da história dos povos indígenas a fim de se atingir objetivos ideológicos, políticos e/ou econômicos.

		continuação
Estratégia	Características	Aplicação ao passado ameríndio
Colonização	Se caracteriza por reivindicar uma postura de superioridade epistemológica em relação às formas como um determinado povo conta sua história, fazendo com que somente os “especialistas” pertencentes ao povo colonizador tenham as devidas credenciais para o entendimento correto do passado dos povos colonizados. Neste sentido, o povo colonizado perde a independência sobre sua própria história.	Desconsideração dos conhecimentos dos povos originários no que diz respeito às suas próprias histórias, subjugando suas epistemologias à epistemologia colonial, considerada como a única a ser levada em conta na construção do conhecimento histórico.
Exaltação	Se caracteriza por eleger um determinado período, podendo este ser histórico ou mítico, e passa a considerá-lo como uma “idade de ouro” da qual os períodos subsequentes são deturpações caracterizadas por declínio moral e físico.	Consideração dos ameríndios como os “bons selvagens”. Construção de uma imagem romântica dos povos indígenas como guardiões de uma moralidade superior perdida.
Valorização	Se caracteriza pela atitude valorativa em relação ao conhecimento do passado de um povo diferente, sem deixar de ter uma postura crítica equilibrada no que concerne a este conhecimento.	Estudo sério e comprometido com o rigor epistemológico a fim de gerar conhecimentos que visam valorizar as histórias dos povos ameríndios. Proteção efetiva aos sítios arqueológicos ameríndios. Elaboração de material didático adequado para ser usado nas escolas.
Reintegração	Se caracteriza por uma postura de valorização do passado, usando-o como uma fonte de inspiração de ideias que visam lidar com problemas atuais.	Estudo sistemático das tradições e conhecimentos ameríndios visando não apenas conhecer estas culturas, mas aproveitar estes conhecimentos para lidar com questões relacionadas à preservação ambiental, à agricultura, à farmacologia etc.

Fonte: os autores, 2023

As oito possíveis estratégias apresentadas na tabela não necessariamente se excluem mutuamente, mas podem coexistir dentro de uma mesma sociedade, disputando a hegemonia ideológica existente nela, assim como disputando espaço nos livros didáticos de História e destaque nas exposições museológicas. No caso brasileiro, uma sociedade que guarda diversos elementos de seu passado colonial como o alto índice de desigualdade social, estas oito estratégias estão presentes em segmentos sociais distintos, refletindo não apenas questões de origem étnica, mas também de fidelidade ideológica. Neste sentido, cada uma das estratégias apresentadas acima está relacionada à uma finalidade social que visa, em alguns casos, fortalecer a ideologia dominante e, em outros casos, contrapor-se a esta ideologia.

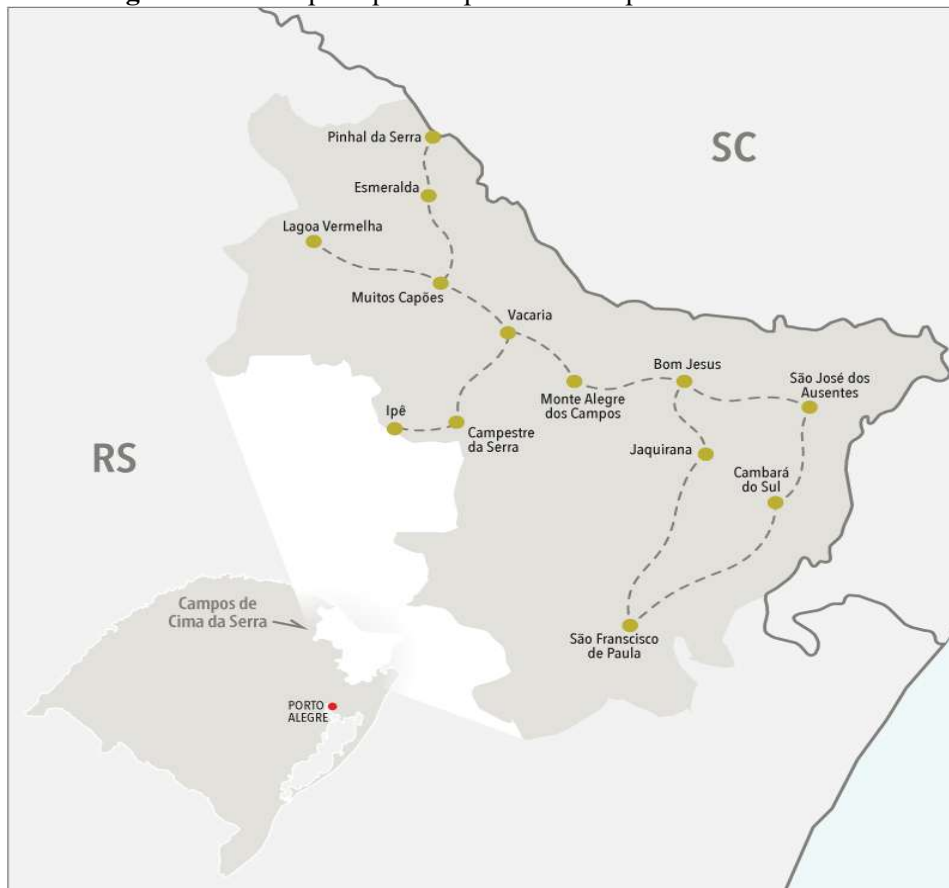
Outro fator fundamental para a compreensão dos argumentos apresentados no artigo é

o de que entendemos o termo etnia através das ideias do antropólogo Fredrik Barth, que defende que etnia é uma categoria social historicamente construída e que se mantém através da criação de fronteiras simbólicas e culturais flexíveis (1969). Neste sentido, uma sociedade, tal como a brasileira, pode ter diversas etnias, que convivem de formas diferenciadas e, em alguns casos, conflitantes, com os vestígios arqueológicos de etnias pretéritas. Os termos povo(s) e população(ões) foram usados numa concepção ampla de: “Conjunto das pessoas que vivem em sociedade, compartilham a mesma língua, possuem os mesmos hábitos, tradições, e estão sujeitas às mesmas leis” (Povo - Dicio, Dicionário Online de Português). O termo sociedade(s) também foi usado de forma ampla de: “Conjunto de membros de uma coletividade subordinados às mesmas leis ou preceitos” (Sociedade - Dicio, Dicionário Online de Português).

O método empregado envolveu a etnografia arqueológica, que consiste numa pesquisa etnográfica com finalidade arqueológica (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2017) e entrevista semiestruturada. Mais adiante explicitamos o método com mais detalhes.

O Local da Pesquisa

O município de Ipê está localizado na região denominada de Campos de Cima da Serra, no nordeste do Rio Grande do Sul. Seu território abrange aproximadamente 599 quilômetros quadrados. Até 1987, ano de sua emancipação, era um distrito do município de Vacaria. Sua população, de acordo com o censo de 2022, é de cerca de 5.325 habitantes (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/ipe/panorama>), em sua maioria ítalo-descendentes. Seus ancestrais chegaram à região entre o final do século XIX e o início do XX e se instalaram em pequenas propriedades rurais, se dedicando à agricultura, às atividades madeireiras e à pecuária (GIRON, 2001). Importante frisar que Ipê se encontra numa região caracterizada como “Neo-Europa” pelo historiador Alfred Crosby (1993), por possuir a maior parte de sua população de origem europeia e de produzir uma agropecuária inspirada em modelos europeus.

Figura 1: Municípios que compõem os Campos de cima da Serra

Fonte: <https://www.camposdecimadaserra.com/>

O Processo de Povoamento de Ipê

Nesta parte do artigo, visamos apresentar um breve panorama do processo de povoamento dos Campos de Cima da Serra, enfatizando as formas de manejo da paisagem e os vestígios arqueológicos deixados por cada população.

O processo de povoamento do território ipeense pelos povos ameríndios, em linhas gerais, segue os mesmos passos do território gaúcho. De acordo com o arqueólogo Arno Álvarez Kern (1997) as datas mais antigas da presença humana no Rio Grande do Sul são de cerca de 12.000 anos. Através da análise do material lítico encontrado em uma vasta região no sul do Brasil e que engloba a área do município de Ipê, os arqueólogos denominaram estas populações pioneiras como tradição lítica Umbu, que é caracterizada pela produção de pontas pedunculadas de projétil. Os povos da tradição Umbu eram caçadores-coletores que chegaram à região pouco antes ou no decorrer dos câmbios climáticos característicos da transição Pleistoceno-Holoceno que a tornaram mais quente, úmida e arborizada e, portanto, assistiram às mudanças que transformaram o clima, a fauna e a flora das paisagens em que viviam.

Por volta de 2.000 anos atrás, populações falantes de línguas do tronco Macro-Jê, migraram do Brasil central para a região sul, se estabelecendo em aldeias caracterizadas por casas semi-subterrâneas. Estes povos eram horticultores e ceramistas e suas presenças estão relacionadas à expansão da *Araucária angustifolia* para fora dos vales profundos em que ela originalmente se desenvolvia. Portanto, atualmente, as formas de manejo de paisagens destes povos ainda podem ser vistas em vastas áreas da região sul. Os povos Jê-meridionais são considerados ancestrais dos atuais Kaingang e Laklãnõ-xokleng. Além das casas semi-subterrâneas, a cultura material destes povos incluía a cerâmica, artefatos líticos, cestaria e arte rupestre (CORTELETTI, 2012).

No século XVII chegaram os Guarani-missionários, trazendo um elemento que, em pouquíssimo tempo, se tornou preponderante na paisagem: o gado bovino. Foi devido ao sucesso da adaptação do gado bovino às pastagens naturais do nordeste do Rio Grande do Sul que surgiu o nome de Vacaria. Contudo, no que concerne aos povos indígenas que viviam nos Campos de Cima da Serra, o gado trouxe sérios problemas, pois serviu como chamariz para os bandeirantes paulistas que predavam os vastos rebanhos da região e, conseqüentemente, entravam em conflito com os povos que nela habitavam. Tropeiros abriram caminhos ligando a região à São Paulo, gerando toda ordem de distúrbios às aldeias ameríndias nas proximidades (CUNHA, 2017). Entretanto, em áreas mais acidentadas e arborizadas da região, o gado não teve o mesmo sucesso, o que ocasionou o desinteresse dos fazendeiros luso-brasileiros que tinham na pecuária sua principal atividade econômica. Estes fazendeiros começaram a chegar à região no século XVIII (BORGES, 2001). Mais tarde, já no final do século XIX, a frente de colonização italiana avançava de sul para norte, ocupando os atuais territórios dos municípios de Caxias do Sul, Flores da Cunha, Antônio Prado e outros nas proximidades, incluindo os terrenos acidentados e arborizados do sul de Vacaria, que no final do século XX se tornaria o município de Ipê. Conforme os imigrantes italianos se instalavam em suas colônias, que eram propriedades de aproximadamente 25 hectares, e constituíam suas capelas, que são espaços de socialização em meio a um território ainda pouco conhecido pelos recém-chegados (ORTH & LUCATELLI, 1986), foram entrando em contato com grupos remanescentes das populações indígenas que tinham sobrevivido aos avanços coloniais anteriores. De acordo com a pesquisa de história oral que realizamos em Ipê, descobrimos que por volta da década de 1920, um desses grupos circulava próximo à capela Santa Bárbara, localizada a 12 quilômetros da sede do município. Ao tentarem furtar milho de uma colônia, uma criança indígena foi capturada pelos cães do proprietário. Esta criança indígena foi adotada pelos colonos italianos e recebeu o nome de Venário. Continuamos a pesquisar a

história desta pessoa e pretendemos publicar um artigo com os resultados desta pesquisa, mas aqui o importante é ressaltar que nas primeiras décadas do século XX ainda existiam grupos ameríndios vagando por um território cada vez mais hostil às suas presenças.

É importante salientar que até o momento existem poucas referências sobre a historiografia do Município. O primeiro livro que encontramos sobre o tema é de 1986, um ano antes da emancipação política e foi escrito por dois freis capuchinhos, Miguel Alfredo Orth e Pedro Lucatelli: *Vila Ipê 50 anos de História*. No início do primeiro capítulo os autores trazem que

As florestas milenares que revestiam a quase totalidade das terras ipeenses permaneceram intocáveis até 1880, quando os fazendeiros dos Campos de Vacaria começaram a penetrar na mata que rodeava o campo, para fazer pequenas lavouras e, raras vezes, para fazer invernadas. Então só o indígena tape e coroadó (caingangue) percorria as montanhosas paragens, cobertas por imensos pinhais de cujo fruto se alimentavam. (ORTH e LUCATELLI, 1986, p. 05)

A segunda obra que tivemos acesso foi o Livro *Raízes de Ipê*, de 2012. Esse livro foi resultado de um projeto que envolveu a comunidade, onde todos os ipeenses foram convidados a escrever sobre a história da sua família, da localidade onde viviam ou de alguma entidade a qual fizessem parte. É relevante destacar que este livro foi escrito por mais de trezentas pessoas, que na sua maioria não se preocuparam com as fontes usadas para aquela escrita. Trata-se de registros de memórias, fortemente marcados pela história oral.

Encontramos no Livro *Raízes de Ipê*, um trecho muito semelhante ao que apresentamos anteriormente:

A história do município de Ipê, inicia-se no final do século XIX (1880), com a passagem e pouso de tropeiros que partindo dos Campos de Vacaria se dirigiam pela Serra do Rio das Antas rumo a São Leopoldo. Até então, as florestas milenares que revestiam as terras ipeenses permaneciam quase intocáveis, apenas o indígena percorria a região, coberta por imensos pinhais de cujo fruto se alimentavam. (CONTE e CECATTO, 2012, p. 85).

Podemos observar que embora não tenha sido citado, o primeiro livro foi lido pelas autoras. E até pela ausência de outras pesquisas sobre a história de Ipê, foi utilizado como uma referência absoluta. E até pouco tempo atrás, o histórico do município apresentado no site da prefeitura trazia quase o mesmo texto.

Destacamos também como os indígenas são apresentados nas duas obras. Na primeira, inicialmente Orth e Lucatelli (1986) afirmam que as “As florestas milenares que revestiam a quase totalidade das terras ipeenses permaneceram **intocáveis** até 1880” (grifo nosso) e em seguida se referem aos indígenas como aqueles que “percorriam as montanhosas paragens”. Já

no livro *Raízes de Ipê*, Cecatto e Conte (2012) há uma atualização desta afirmação “até então, as florestas milenares que revestiam as terras ipeenses permaneciam **quase intocáveis**, apenas o indígena percorria a região (...)”. Neste sentido, observamos que entre 1986 e 2012 não houve progresso significativo no desenvolvimento de uma historiografia comprometida com a inclusão dos povos indígenas dentro da narrativa transmitida para o consumo local, pois, em hipótese, estes livros possuem os moradores de Ipê como seus principais leitores, ao invés disso, houve um aprofundamento de uma espécie de “epopeia” do colono italiano, que, com sua capacidade para o trabalho árduo, domou uma região selvagem e a transformou num polo econômico promissor.

Em nossa pesquisa, não conseguimos encontrar outras obras que tenham a história do município como seu foco. É importante salientar que nossa intenção aqui não é a de tecer críticas aos autores citados, pois respeitamos seus recortes cronológicos e seus interesses de pesquisa focados no povoamento mais recente do município, mas frisamos que, mesmo que inconscientemente, tais obras estão relacionadas com uma estratégia social de se lidar com o passado de uma população diferente e, em nossa análise, esta estratégia é a de menosprezo, pois não observamos ao menos um esforço no sentido de trazer um pouco mais de informação sobre o povoamento indígena anterior à chegada dos imigrantes italianos.

Atualmente o município de Ipê, por meio do Museu Histórico de Ipê, se esforça para conhecer melhor a história dos diferentes grupos humanos que se instalaram em seu território através do tempo. Com este objetivo, se faz necessário enfrentar preconceitos entranhados na população. Preconceitos estes que de forma alguma são uma exclusividade da população ipeense, mas parte constituinte da população brasileira, que apenas recentemente incluiu a história do continente africano e dos povos ameríndios em sua grade curricular e constituiu um ministério dos povos indígenas. A fim de enfrentar estes preconceitos, se faz necessário compreender suas estratégias, tendo a História, a Arqueologia, a Museologia e a Antropologia papéis relevantes neste processo.

Método

O método utilizado nesta pesquisa foi o de coletar e analisar dados provenientes do que vem crescentemente sendo chamado de etnografia arqueológica, que consiste em realizar uma pesquisa etnográfica com objetivos arqueológicos (GONZÁLEZ-RUIBAL, 2017). Como o Museu Histórico de Ipê é visitado, sobretudo, por moradores de Ipê, prestamos atenção aos comentários feitos pelos visitantes quando em contato com o acervo relacionado às populações Jê-meridionais existente na sala dos Povos Originários, onde este acervo está exposto ao público. A fim de apresentar os dados obtidos através deste método, optamos por sintetizar as informações recolhidas, pois muitas delas relatam os mesmos elementos. De forma geral, os comentários abordam a destruição de sítios arqueológicos e a consequente dispersão dos artefatos indígenas. A maioria dos interlocutores é constituída por pessoas de meia idade e alguns idosos, que transmitem seus conhecimentos sobre o tema, enfatizando o fato de que desconheciam o que eram aqueles elementos, ou não tinham a noção do valor histórico e científico que estes elementos carregavam. Decidimos manter as identidades dos interlocutores em completo anonimato por entendermos que a publicação de seus nomes geraria transtornos aos mesmos. Focamos nossa análise no aspecto qualitativo dos comentários, comparando informações provenientes de visitantes diferentes. Além disso, prestamos atenção às menções às ações ou inações do poder público em seus três níveis, mas com especial atenção ao nível municipal.

Como último procedimento metodológico, foram realizadas, nos dias quatro, cinco e seis de abril de 2023, uma palestra pela equipe do Museu Histórico de Ipê sobre os povos indígenas para os professores da rede municipal. No total, 25 professores compareceram à palestra que, em seu final, foi apresentada a todos os presentes as estratégias de como se lidar com o passado de uma população diferente descritas na tabela acima e suas características. Depois disso, realizamos uma entrevista semiestruturada com os professores na qual perguntamos qual era a estratégia usada pela população ipeense para lidar com o passado indígena da região.

Os resultados de todas as etapas do método são apresentados mais adiante.

O Contato Com os Vestígios Arqueológicos de Povos Indígenas na Sala dos Povos Originários

Ao todo, existem seis salas temáticas no Museu Histórico de Ipê. Uma delas é dedicada aos Povos Originários. Nesta sala estão expostos:

- Catorze artefatos líticos, sendo quatro mãos-de-pilão, seis lâminas de machado, duas bolas de boleadeiras sendo uma mamilar, uma esfera lítica cuja função não conseguimos identificar e um artefato laminar que parece ter sido usado como afiador de facas. Todos os artefatos foram doados por famílias ipeenses que os possuíam por gerações e que desconheciam os lugares exatos onde foram encontrados e que, portanto, estavam descontextualizados, o que nos impediu de estabelecer datações relativas entre eles e de relacioná-los com sítios arqueológicos específicos.
- Um cesto de fibra vegetal e um conjunto de um arco e duas flechas comprados recentemente de um vendedor Kaingang que passou pelo município e de uma família Kaingang que durante algum tempo residiu no município.
- Um pequeno pote cerâmico feito sob encomenda pela professora de arte Taíse Araldi para melhor explicarmos para os estudantes das escolas que nos visitam a cultura material indígena. Este pote cerâmico foi confeccionado com base em uma imagem de um pote cerâmico arqueológico da tradição Taquara-Itararé, relacionada aos povos Jê-meridionais.
- Um arco recente sem corda de procedência desconhecida, mas certamente não proveniente de populações indígenas que habitaram o território ipeense.
- Um cachimbo e um isqueiro supostamente usados por indígenas na década de 1930.
- Uma escultura em madeira representando uma onça e comprada recentemente de artesãos Mbyá-Guarani no município de Pelotas/RS.
- Uma rocha de sílex usada para explicar aos estudantes e demais visitantes um pouco sobre as matérias primas usadas para a confecção de artefatos líticos, principalmente pontas de flecha.
- Uma tentativa frustrada de se fazer uma ponta de flecha em sílex por um dos autores com o objetivo de mostrar aos estudantes e visitantes processos de confecção de instrumentos líticos em sílex.
- Um banner com explicações sobre o modo de vida dos povos Jê-meridionais

Além destes artefatos, a sala agrega elementos de interesse paleontológico e geológico tais como fósseis doados por famílias locais e rochas que ajudam a explicar processos geológicos ocorridos localmente aos estudantes e visitantes. A agregação destes elementos à sala dos Povos Originários é temporária e reconhecidamente insatisfatória pela equipe do museu, que é constituída pelos autores do artigo e que inclui duas historiadoras, uma museóloga e um arqueólogo. O objetivo é reservar a sala para seu fim específico e transferir os elementos de interesse paleontológico e geológico para outro espaço dentro da instituição.

Os artefatos expostos são utilizados para fins educacionais e para pesquisa científica, sendo este artigo o resultado de uma destas pesquisas.

Os visitantes, ao adentrarem a sala dos Povos Originários, recebem informações sobre as populações indígenas que habitaram a região, incluindo uma explicação sobre a diversidade cultural existente no Brasil antes da chegada dos europeus a fim de se evitar uma abordagem eurocêntrica aglutinadora de povos distintos na categoria unificadora e preconceituosa índios, por nós evitada.

No decorrer da explicação, prestamos atenção aos comentários feitos pelos visitantes, que muitas vezes nos surpreendem com informações úteis para o entendimento do povoamento indígena na região, nos informando sobre antigos achados de sítios e demais vestígios arqueológicos.

Resultados

Os comentários feitos pelos visitantes da sala dos Povos Originários mostram que diversos sítios arqueológicos pré-coloniais de Ipê foram obliterados pelos proprietários, sendo soterrados, pois suas presenças interferiam negativamente nas atividades agrícolas. É preciso ressaltar que muitos agricultores desconheciam o fato das cavidades em suas propriedades terem sido usadas como moradias pelos indígenas que habitaram a região. Contudo, não foram poucas as vezes em que ouvimos comentários sobre a coleta de vestígios de cerâmica arqueológica pelos colonos idosos, que quando os encontraram eram crianças e, ou não tinham conhecimento da presença do passado indígena na região, ou recebiam informações repletas de preconceito sobre a antiga presença dos “bugres”, termo pejorativo local para os povos indígenas em geral. Não foram poucas as vezes em que idosos relataram que possuíam uma coleção de artefatos arqueológicos, incluindo material lítico e cerâmico, mas, quando visitados por parentes e amigos, acabavam mostrando estes

artefatos e os entregando como presentes para suas visitas, o que ocasionou a dispersão do patrimônio arqueológico local para cidades distantes, tais como Porto Alegre. Além disso, há pessoas que não se recordam de onde guardaram suas coleções de “panelas de bugre” termo local para a cerâmica Jê- meridional, assim como suas coleções de artefatos líticos da mesma população ameríndia.

Quanto aos dados obtidos ao final da palestra com os professores da rede municipal de educação, foi consensual a afirmação de que, em nível municipal, a população se utiliza de um misto entre a estratégia de obliteração e a de menosprezo pelo passado indígena local, desconhecendo a rica história da pré-colonialidade dos Campos de Cima da Serra. É importante salientar que a obliteração de sítios arqueológicos indígenas se dá, na maioria dos casos, de forma inconsciente, pois existem interpretações locais de que os “buracos de bugre”, como são chamadas localmente o que os arqueólogos chamam de casas semi-subterrâneas, eram armadilhas para a caça ao javali feitas por antigos colonos.

Um detalhe importante que muito nos preocupou foi o de que, por diversas vezes, as pessoas etnografadas mostravam um grande medo de que, com a descoberta da existência de evidências materiais de populações ameríndias em meio às capelas onde moram, haja a reivindicação destas áreas pela FUNAI e a consequente perda de propriedade devido à criação de terras indígenas. Tal medo aponta para a existência de um contexto de fricção interétnica que não acabou com a expulsão dos últimos grupos indígenas do atual território do município de Ipê no início do século XX, mas que se perpetua através de uma mentalidade centrada na noção de propriedade privada da terra, que se configura como a condição básica da identidade como *colono*, isto é, o descendente de imigrantes italianos pobres que só alcançaram uma condição digna de vida com a aquisição de uma propriedade no Brasil. Além disso, a ascensão da extrema-direita no país, com seu discurso caracterizado pelo desprezo aos povos originários e ao ódio a toda e qualquer reivindicação pela criação de novas terras indígenas, além da tentativa constante de abrir as terras indígenas já existentes às forças do Mercado, adiciona um novo anseio por menosprezar e obliterar o passado ameríndio onde quer que ele exista.

No que tange à ação do poder público municipal, esta se caracterizava, até pouco tempo atrás, pela completa inércia em relação à questão, não tendo tomado nenhuma atitude para, ao menos, tentar conhecer seu rico passado pré-colonial. Tal estado de inércia local reflete a realidade de milhares de municípios brasileiros, que não são devidamente incentivados a possuírem entre seus servidores historiadores, museólogos, antropólogos e arqueólogos. Foi somente devido aos esforços da equipe do Museu Histórico de Ipê,

capitaneada pela historiadora Cristiane dos Anjos Parisoto, que o Museu conquistou um endereço permanente e digno de seu acervo, tendo iniciado ações que visam conhecer o passado indígena em nível local e a oferecer conhecimento livre de preconceitos à população de qualquer faixa etária. Desta forma, duas novas estratégias sociais de se lidar com o passado ameríndio emergem no município de Ipê: a de valorizá-lo e a de reintegrá-lo à atualidade, mostrando o quão interessante e digno de pesquisa e preservação ele é.

Considerações Finais: Educação Patrimonial no Município de Ipê

A inconveniência do passado reside no perigo de que algo possa ser feito com o propósito de acionar suas forças no presente e, com isso, dar início a um processo cultural com o poder de transformar relações sociais ao questionar certezas cristalizadas. O que se teme no passado é seu poder de mobilizar mudanças no presente com o intuito de se construir um novo futuro. Nesta perspectiva, controlar as formas sob as quais a História é contada é uma das maneiras mais eficazes de domínio social, tendo as classes dominantes de todos os países feito grandes esforços para encorajar estratégias sociais de se lidar com o passado condizentes com seus objetivos.

No município de Ipê a situação não é diferente. O medo demonstrado por alguns moradores de que os povos indígenas possam reivindicar as terras nas quais vestígios arqueológicos pré-coloniais foram encontrados mostra o quão temida é uma exposição museológica livre de preconceitos. Neste sentido, museus estão longe de ser apenas depósitos de “coisas velhas”, como uma parte da população pensa, mas sim o depósito de ideias novas que só puderam ser pensadas a partir de “coisas velhas”. Com isto em mente, a equipe do Museu Histórico de Ipê deu início a um programa permanente de Educação Patrimonial, organizando palestras sobre a temática indígena, o meio-ambiente e as transformações históricas que afetaram o município, enfatizando o caráter pluriétnico de seu acervo.

O posicionamento do Museu Histórico de Ipê é o de não permitir que os vestígios da existência de uma etnia presentes na área territorial do município sejam deliberadamente obliterados, menosprezados, deturpados e/ou considerados como evidências de uma época felizmente superada. Ao invés disso, lutamos, nos limites de nossa capacidade, para valorizar e reintegrar os vestígios de etnias que, infelizmente, foram expulsas do território municipal através de um violento processo de invasão e colonização de suas terras ancestrais.

Muito ainda precisa ser feito para mudar uma mentalidade baseada numa visão

preconceituosa dos povos indígenas, vigente em parcela significativa da população brasileira, e acreditamos que uma das formas mais eficazes de mudarmos esta mentalidade é mostrando aos eurodescendentes da “Neo-Europa” instalada no sul do Brasil que a história da presença humana nas terras em que vivem é muito mais antiga do que a chegada de seus ancestrais europeus.

Bibliografia

BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e Suas Fronteiras: A Organização Social da Diferença Cultural. Rio de Janeiro. Editora Contracapa. 2000

BORGES, Maria Nely Ferreira. Evolução Histórica de Vacaria. In: Colonos e Fazendeiros. Imigrantes Italianos nos Campos de Vacaria (Lorraine Slomp Giron, org.). Editora EST. 2001. Porto Alegre.

CECATTO, Rita Márcia da Fonseca; CONTE, Anita Samuara Magero. Histórico do Município de Ipê. In: BARROSO, Vera Lucia Maciel; CECATTO, Rita Marcia da Fonseca; RIGON, Justina Lêda, Raízes de Ipê: XXIII Encontro dos Municípios originários de Santo Antônio da Patrulha. Porto Alegre: Evangraf, 2012, p.85-87.

CORTELETTI. Rafael. Projeto Arqueológico Alto Canoas – Paraca: Um Estudo da Presença Jê no Planalto Catarinense. USP. Museu de Arqueologia e Etnologia. Programa de pós-graduação em Arqueologia. 2012.

CROSBY, Alfred W. Imperialismo Ecológico. A Expansão da Biológica da Europa: 900 – 1900. São Paulo. Editora Schwarcz, 1993.

CUNHA, Lauro Pereira da. Índios Botocudos nos Campos de Cima da Serra (RS). Editora Evangraf. Porto Alegre, 2017.

DÁVILA, Jerry. Diploma de Brancura: Política Social e Racial no Brasil – 1917 – 1945. Editora Unesp. São Paulo. 2006

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em 17/01/2025.

GIRON, Lorraine Slomp. Colonos e Fazendeiros. In: Colonos e Fazendeiros. Imigrantes Italianos nos Campos de Vacaria (Lorraine Slomp Giron, org.). Editora EST. 2001. Porto Alegre

IBGE. Município de Ipê/RS. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/ipe/panorama>. Acesso m 29/06/2023

KERN, Arno Álvarez. Paleopaisagens e Povoamento Pré-Histórico do Rio Grande do Sul. In. Arqueologia Pré-Histórico do Rio Grande do Sul (Org. Arno Álvarez Kern). Editora Mercado Aberto. 2ª edição. 1997. Porto Alegre.

MARCON, Rogério Francisco. Linhas do tempo: Ipê, 30 anos. Caxias do Sul: Lorigraf, 2017.

ORTH, Miguel Alfredo; LUCATELLI, Pedro. Vila Ipê 50 Anos de História. Editora EST. Porto Alegre, 1986.

RUIBAL, Alfredo González. Etnoarqueología, Arqueología Etnográfica y Cultura Material. Complutum. Nº 28(2). Páginas 267-283.

Orestes Jayme Mega

Núcleo de Arqueologia do Museu Municipal Dr. José Olavo Machado/ Prefeitura de Santo Ângelo- RS; Museu Histórico de Ipê - Doutor em Antropologia com área de concentração em Arqueologia pela UFPel. Email: orestesjaymemega@gmail.com

Cristiane dos Anjos Parisoto

Museu Histórico de Ipê - Mestra em Educação pelo IFSul. Email: crisanjos.historia@gmail.com

Maila Morais Mattos

Museu Histórico de Ipê - Bacharela em Museologia pela UFRGS. Email: mailamoraismattos@gmail.com

EDITORA E GRÁFICA DA FURG
CAMPUS CARREIROS
CEP 96203 900
editora@furg.br